

As Políticas de “Reforma Agrária” no Brasil Recente (1995 – 2002)

Sonia Regina de Mendonça

(PPGH/Universidade Federal Fluminense – CNPq)

Introdução

O Brasil tem uma longa história de concentração fundiária, tal como outras áreas que foram objeto da expansão européia na América Latina e da conseqüente exclusão/extermínio das populações nativas, sobretudo a partir da consolidação do tráfico de escravos africanos, a partir de fins do século XVI. Também de modo diverso das demais regiões latinas, a colonização não promoveu uma migração expressiva de europeus que favorecesse a pulverização da posse da terra, nem tampouco a preservação das comunidades indígenas de produção, tributadas em trabalho e gêneros, porém detentoras do vínculo com a terra e os meios de subsistência. Neste contexto, é importante enfatizar que, no Brasil, as experiências da pequena propriedade e do trabalho familiar foram muito mais fruto de conquistas pontuais do que partes de uma tradição comunitária, à exceção das colônias do Sul, patrocinadas pelo governo imperial por razões de cunho defensivo-estratégico. No entanto, a ausência da experiência generalizada da pequena propriedade não impediu sua permanência no horizonte das expectativas dos trabalhadores rurais pobres em toda a história do país.

O *Estatuto da Terra*, aprovado em plena ditadura em 1964 e, supostamente, destinado a implementar a reforma agrária no país, acabou por permanecer no papel. O padrão de acumulação capitalista impulsionado pelo governo militar favoreceu ainda mais a concentração fundiária, incentivando a modernização do latifúndio, mediante forte apoio creditício do Estado. Segundo Silva, em 1975, 52% das propriedades agrícolas com até 10 ha representavam apenas 2,8% do total das áreas ocupadas por estabelecimentos rurais, enquanto menos de 1% das propriedades com mais de 1.000 ha ocupavam 42,7% das terras brasileiras¹. Este quadro, em linhas gerais, permaneceria praticamente imutável até a década de 1990.

A Reforma Agrária de Mercado sob a Gestão FHC

¹ IBGE, Censo Agropecuário de 1975, *apud* Silva, José Graziano da; *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 53.

A eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, legitimado pelo suposto êxito do Plano Real - por ele aplicado quando ocupava o cargo de Ministro da Fazenda na gestão anterior - representou, para o Brasil, uma brutal abertura comercial às importações e à entrada de capitais de curto prazo. Representou, ainda, a desindexação da economia e a privatização de empresas do sistema produtivo estatal e de serviços básicos à população, dentre outras medidas ². Em verdade, o Plano constituiu-se na “tradução” do projeto “neoliberal” de desenvolvimento que previa, sob rigorosa inspeção do Banco Mundial e do FMI, inúmeras reformas destinadas a “reorganizar” as relações sociais mediante a reestruturação da economia e do próprio Estado restrito. No continente latino-americano tal projeto tornou-se hegemônico entre os formuladores de políticas estatais dos anos 90, tendo como eixo a crítica ao “nacional-desenvolvimentismo” e a seu eixo mais marcante: o chamado “modelo de substituição de importações”, responsável, segundo eles, pela própria ineficiência estatal ³. Dentre as conseqüências dessa nova política figuraram o crescente desemprego, a desindustrialização do país e sua reespecialização regressiva. Quanto ao setor agrícola, diversas análises apontam para o desmonte dos instrumentos tradicionais da política setorial, responsável pela redução das políticas agrícolas e/ou agrárias à condição de meras “políticas compensatórias” ⁴, pautadas pela nova metodologia norteadora das políticas sociais em geral: a focalização. Nessa lógica, a reforma agrária tornava-se secundária, sendo vista pelo Banco Mundial como desprovida de qualquer potencial estrutural e estruturante ⁵.

Paralelamente à aplicação do “receituário” liberalizante, foi sob a gestão Cardoso que ocorreu no Brasil, o mais expressivo crescimento dos conflitos de terras, com ênfase para a ocupação de terras como meio de pressionar pela desapropriação de imóveis rurais não cumpridores de

² Mendonça, Eduardo Luiz de; *A pobreza no Brasil: medidas e sentidos*, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2000, pp. 105-126.

³ Batista Jr., Paulo Nogueira; “O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina”. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, vol. 10, nº 28, set./dez., 1996, pp. 129-197, p. 130.

⁴ Homem de Mello, Fernando; “O Plano Real e a agricultura brasileira: perspectivas”. *Revista de Economia Política*, Rio de Janeiro, vol. 19, nº 4, 2004, pp. 146-155; Leite, Sérgio Pereira. “A agricultura brasileira em perspectiva: da âncora verde ao *export-drive*”. *Boletim de Conjuntura*, Rio de Janeiro, vol. 19, nº 1, abr., 1999, pp.112-129; Pereira, João Márcio Mendes; *O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados*, Niterói, Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Dissertação de Mestrado, 2004; Medeiros, Leonilde Sérvo de & Leite, Sérgio Pereira; “Marchas e contra-marchas na política agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)”. In: INESC (org.) *A era FHC e o governo Lula: transição?* Brasília, Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004.

⁵ Pereira, J. M. M., op. cit., p. 112.

sua *função social*, tal como o previa a nova Constituição de 1988. Tais ocupações se acentuaram, mormente entre 1996 e 1999, envolvendo contingentes nada desprezíveis de famílias⁶ e concentrando-se, 40% delas, na região Nordeste, onde prevaleciam altíssimos índices de concentração fundiária.

Neste contexto, o estatuto da reforma agrária na agenda política nacional seria forçosamente alterado, sobretudo pela confluência de uma série de episódios e pressões ocorridos entre 1996-1997, tais como: a) a repercussão internacional dos massacres de sem-terra ocorridos em Corumbiara (Roraima, agosto de 1995)⁷ e Eldorado dos Carajás (Pará, abril de 1996); b) o aumento, em todo o país, das ocupações de terra organizadas pelo MST; c) a realização da *Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça*, encabeçada pelo MST e que chegou a Brasília em abril de 1997, catalisando a insatisfação popular contra as políticas “neoliberais” e acabando por tornar-se a primeira manifestação popular de massas contra a gestão FHC e, finalmente d) a realização de inúmeros protestos no exterior capitaneados por entidades em apoio ao MST e à reforma agrária e contrários à impunidade dos crimes recém-praticados contra trabalhadores rurais no Brasil⁸. Esses acontecimentos contribuíram para redefinir o patamar político dos movimentos sociais, especialmente aqueles organizados pelo MST, que assumiu um *status* protagônico em prol da realização da reforma agrária no Brasil. A resposta do Governo Federal residiu, além da criminalização dos movimentos, na criação (1996) um Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) que, a despeito de destituído da ossatura operacional própria a um ministério, seria um instrumento para tentar para minimizar o crescente poder social do MST⁹.

Todavia, não se pode esquecer que as políticas difundidas pelo Banco Mundial tinham como seu eixo discursivo a temática da pobreza, tida como o principal problema social do mundo, a ser combatido a qualquer custo. Assim, “metodologia focal” e “alívio da pobreza” tornaram-

⁶ Segundo Souza, as ocupações do período envolveram cerca de 50 mil famílias por ano. Souza, Christiane Laidler de; *Reforma Agrária e Agricultura Familiar; considerações sobre autonomia e transformação social*. Site da Sociedade Brasileira de Sociologia, http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1494&Itemid=171, acessado em 15-05-2013, pp.1-17, pp. 10-12.

⁷ Neste episódio foram assassinados pela Polícia Militar 28 trabalhadores rurais, sem que tenha ocorrido qualquer punição aos envolvidos.

⁸ Carvalho Filho, José Juliano de; “Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a *Nova Reforma Agrária*”. In: Leite, Sérgio (org.); *Políticas públicas e agricultura no Brasil*, Porto Alegre, UFRGS, 2001; Medeiros & Leite, op. cit.

⁹ Medeiros, Leonilde Sêrvolo de; *Reforma agrária: instâncias, conflitos e atores. O papel dos trabalhadores rurais*, Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, 1999.

se o binômio norteador das chamadas “políticas de Reforma Agrária” da gestão FHC. Entretanto, como o sugere Mendonça, a ausência nos documentos do Banco de qualquer menção à redistribuição da renda / riqueza quando se aborda a questão da minimização da minimização da pobreza ¹⁰ sugere que a reforma agrária seria apenas uma política “social”, sendo o “social” percebido de forma totalmente dissociada do “econômico”, daí seu caráter periférico ao núcleo das políticas econômicas a serem praticadas.

Nessa lógica, as políticas de redução da “pobreza rural” no Brasil contemplariam três eixos: 1) intensificar a atividade agrícola no setor dos pequenos proprietários rurais “*com potencial de sobrevivência*”; 2) dinamizar a agricultura comercial do grande “agronegócio” e 3) criar “redes de proteção social” para os segmentos considerados extremamente pobres, sem qualquer futuro além da mera subsistência e que, justamente por isso, eram aprioristicamente definidos como “*economicamente irrelevantes*”. O crescente desemprego e o fato do agronegócio operar com base em tecnologia poupadora de mão-de-obra, marginalizando a força de trabalho menos especializada nem sequer são mencionados.

Esses foram os parâmetros justificadores do programa de “Reforma Agrária” iniciado pelo governo Cardoso, calcado no paradigma fornecido pelo Banco Mundial - o chamado *Modelo de Reforma Agrária de Mercado* (MRAM) - baseado na venda e compra de terras por uma “clientela” preferencialmente integrada pelo chamado grupo “*com potencial de sobrevivência*” existente no meio rural. Sobre isso, Pereira ¹¹ coloca interessante indagação: se os programas orientados pelo MRAM dirigiram-se, em geral, a trabalhadores rurais muito pobres, sem poupança ou capacidade de investimento, como era possível ser este grupo considerado pelo Banco como “capaz de sobreviver”? Por certo, o cerne deste programa de Reforma Agrária estava em outro âmbito: tratava-se de travar uma disputa política e ideológica com os movimentos sociais do campo.

Assim, o primeiro programa de Reforma Agrária de Mercado da gestão FHC nasceria de uma iniciativa de cunho eminentemente local, de uma experiência praticada pelo governo de um município do estado do Ceará, que serviria de base ao projeto do Governo Federal, o *Programa Cédula Terra* (PCT), lançado em 1997. Após a escolha de uma região-alvo dotada da maior concentração de pobreza rural no país (abrangendo apenas cinco estados da

¹⁰ Mendonça, E. L. de; op. cit., p.213.

¹¹ Pereira, J. M. M.; op. cit., p. 118.

federação¹²), o Programa funcionaria a partir de um empréstimo de US\$ 90 milhões contraído com o Banco Mundial, o qual financiaria a compra de terras negociadas diretamente com os proprietários por parte de trabalhadores rurais organizados em associações comunitárias. Nestes moldes, não é difícil perceber que o Programa seria aplicado como uma política compensatória à deterioração socioeconômica que as medidas de ajuste estrutural do governo haviam provocado no meio rural. Ademais, politicamente, o *Cédula Terra* visava minimizar a pressão provocada pelas ocupações de terra e a ascensão política dos movimentos sociais, introduzindo o mecanismo de *mercado* como mediador obrigatório do acesso a terra. De imediato, o Programa seria rejeitado pelo Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

Segundo os especialistas do Banco Mundial e os dirigentes brasileiros, programas de Reforma Agrária orientados pelo mercado seriam capazes de quebrar a conexão, até então existente, entre *ocupações e desapropriações*, recolocando, em novo patamar, a política agrária. Nessa chave de leitura, a ação do Estado deixava de ser uma resposta às ações dos movimentos sociais, limitando-se ao papel de intermediário na compra e venda de terras – fosse ao nível local, estadual ou mesmo nacional.

A grande questão subjacente a esta nova política era secundarizar o chamado “modelo tradicional de reforma agrária” baseado na *desapropriação de terras improdutivas*, fartamente desqualificado como “ultrapassado”, “conflitivo”, “paternalista”, “burocrático” e “centralizado”. O curioso é tentar responder a outra questão: como sustentar, no Brasil, o argumento da falência do “modelo tradicional de reforma agrária”, se ele jamais foi posto em prática?

Os programas de estímulo à obtenção de terras através do mercado partiam da hipótese de que o preço da terra encontrava-se em níveis mais baixos no país, havendo ainda outra vantagem, essa de caráter político: tais programas privilegiavam a negociação e não o confronto. A despeito da afirmação, contida nos documentos governamentais, de que a desapropriação continuaria a ser instrumento importante de acesso a terra, a prática das agências estatais demonstrou, tão somente, o seu contrário: as vantagens das formas negociadas de obtenção de terra, sem os entraves judiciais e a conflitividade inerentes às desapropriações.

¹² Os referidos estados foram Pernambuco, Ceará, Maranhão, Bahia e norte de Minas Gerais, cujas áreas rurais foram consideradas “as mais pobres dentre as mais pobres”.

O *Programa Cédula Terra* também introduziu uma novidade: a descentralização operacional, passando para estados e municípios o papel de mediadores entre compradores e vendedores de terra. Como o apontam Medeiros e Leite¹³, tal medida possibilitava que a indicação das áreas a serem vendidas/compradas partisse dos próprios grandes proprietários, implicando numa “estadualização da demanda” e no isolamento do poder das entidades nacionais dos trabalhadores rurais. Nesse contexto, com a exclusão do MST e a valorização política dos sindicatos locais, procurava-se criar uma cunha entre as diferentes vertentes das organizações de trabalhadores.

A meta do *Cédula Terra* era beneficiar 15 mil famílias em três anos e apesar das fortes críticas por ele sofridas, o programa contou com certa adesão social, contabilizando, em dezembro de 1999, a entrada de quase 7.000 famílias¹⁴. Ademais, metade dos 223 projetos praticados em janeiro de 1999, haviam sido iniciados justamente no período de aguçamento das disputas eleitorais no plano estadual e de ampliação do número de ocupações de terra que, não por casualidade, poderiam afetar a campanha pela reeleição de Cardoso¹⁵.

Nesse contexto, antes mesmo de se avaliar os resultados do *Cédula da Terra*, o governo Cardoso pressionou fortemente o Congresso Nacional pela criação de um novo Programa, o *Banco da Terra*, aprovado por unanimidade no Senado (em dezembro de 1997) e consagrado na Câmara dos Deputados (em janeiro de 1998). Tamanha rapidez, inédita nas lides políticas brasileiras, ilustra o empenho do patronato rural em apoiar a implantação do novo Banco, que daria ao mecanismo de mercado como meio de acesso a terra uma dimensão nacional.

A nova instituição baseou-se num fundo nacional, previsto constitucionalmente e destinado a financiar a compra de terras por trabalhadores rurais, tendo como principal objetivo criar uma alternativa nacional ao “modelo tradicional de reforma agrária”, capaz de aliviar os níveis de tensão social no campo e de obstaculizar a ascensão política do MST. Utilizando a mesma estratégia adotada desde 1997, o governo baseou-se na intensa propaganda via meios de comunicação de massa para divulgar as supostas vantagens do acesso a terra via mercado, valorizando, especialmente, seu caráter anticonflitivo, de modo a também capitalizar a adesão de trabalhadores rurais.

¹³ Medeiros, L. S. de & Leite, S. P.; op. cit., p. 3.

¹⁴ Buainain, Antônio Márcio *et al*; “Novas formas de reorganização fundiária no Brasil: o programa Cédula da Terra”. *Anais do XXVII Encontro da ANPEC*, Belém, vol. III, dez., 1999, pp. 13-60, p.56.

¹⁵ Buainain, A. M. *et al*; op. cit., p. 15.

Reeleito em 1998, Cardoso lançaria duas outras iniciativas: 1) as novas diretrizes governamentais para o campo, materializadas, em 1999, nos documentos *Novo Mundo Rural* e *Nova Reforma Agrária*¹⁶ e 2) a transformação do já citado Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dotado de estrutura equivalente aos demais ministérios. Ambos os documentos tinham como pontos-chave: 1) o avanço da descentralização operacional da política de reforma agrária, desfederalizando a responsabilidade por sua execução, em harmonia com o desmonte do aparato público típico da reforma “neoliberal” do Estado; b) a terceirização/privatização de grande parte das atividades/serviços ligados ao programa de reforma agrária; c) a consagração da limitação da política oficial de reforma agrária a uma política social compensatória deslocada da órbita econômica dominante, sem qualquer propósito de alterar o padrão de desenvolvimento vigente e desprovida da real capacidade de transformar a estrutura fundiária brasileira e, finalmente d) a implementação sistemática e ampliada do mecanismo da compra e venda de terras tendo agora, como instrumento, o *Banco da Terra*.

Vale ressaltar que a criação do *Banco da Terra* deu-se num contexto onde a oposição dos movimentos sociais e do movimento sindical às políticas implementadas pelo governo Cardoso em geral, e ao *Cédula da Terra*, em particular, achava-se fortemente aglutinada, desde 1995, no *Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo*¹⁷. Assim, desde fins de 1997, a luta contra a implantação do *Programa Cédula da Terra* fora a bandeira unificadora de todas as entidades integrantes do *Fórum*, em especial a CONTAG, o MST, a Comissão Pastoral da Terra e a Rede Brasil, homogeneizando-se seu discurso e suas ações, sem jamais descolar-se a crítica ao *Cédula da Terra* e ao *Banco da Terra* das críticas mais amplas ao Banco Mundial e ao governo FHC¹⁸. O *Fórum* denunciava que o *Banco da Terra* representava a aceleração do processo de efetiva substituição do modelo desapropriacionista de reforma agrária por aquele da compra e venda de terras.

O *Fórum* também solicitou ao Banco Mundial um Painel de Inspeção para averiguar algumas irregularidades praticadas pelo *Programa Cédula Terra*, tendo sido derrotado em seu pleito. A lentidão desse processo, no entanto, assegurou ao movimento o bloqueio, por dois anos, do

¹⁶ Para uma análise desses documentos ver Alentejano, Paulo Roberto; “O que há de novo no rural brasileiro”. *Terra Livre*; São Paulo, n° 15, 2000, pp.87-112.

¹⁷ Pereira, J. M. M.; op. cit., p.107.

¹⁸ Sauer, Sérgio; “Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida”. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, v. 18, 2010, pp. 98-126, pp. 104-5.

novo empréstimo que o Banco Mundial faria ao governo brasileiro para financiar o *Banco da Terra*. Além disso, a pressão internacional sobre o *Painel de Inspeção* solicitado tensionou a negociação do novo empréstimo, gerando um impasse político na medida em que a implantação em larga escala da Reforma Agrária de Mercado não encontrava apoio necessário para além dos segmentos patronais.

Para o Banco Mundial e o governo Cardoso, a superação de tal impasse dependia da legitimidade a ser dada por alguma das importantes entidades nacionais de trabalhadores rurais, o que de fato ocorreria em 1998, quando a CONTAG aceitou negociar com o Banco Mundial a criação de um novo programa: *o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural* (CFCP). As lideranças da Confederação supunham, assim, ver atendida sua antiga reivindicação em prol de um programa complementar, que não extinguisse o enfrentamento do latifúndio pela via da desapropriação, nem tampouco negasse a participação dos movimentos sociais na definição das políticas de crédito fundiário ¹⁹. Por certo a Confederação seria ludibriada, ao passo que o Banco Mundial passaria a utilizar a adesão da CONTAG como instrumento legitimador dos programas de Reforma Agrária de Mercado.

A criação do *Crédito Fundiário* apoiado pela CONTAG, não suavizaria, no entanto, os embates entre o governo Cardoso e os movimentos sociais do campo, especialmente com o MST. No triênio 2000-2002, além de manter-se o grave quadro de impunidade dos crimes praticados contra trabalhadores rurais e de criminalização/repressão das ocupações de terra, duas outras medidas foram adotadas pelo governo federal, em 2001. A primeira consistiu na criação de uma inusitada campanha de “reforma agrária pelo Correio” que cadastrou, segundo Sampaio, 839.715 pessoas a espera de terra ²⁰. A segunda foi a incorporação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Força Sindical como “representantes da sociedade civil e dos beneficiários” ao Conselho Curador do *Banco da Terra*, o que era o mesmo que incorporar o patronato agroindustrial e a direita sindical na qualidade de gestores do mais importante instrumento de implantação do Modelo de Reforma Agrária de Mercado no Brasil. A experiência brasileira com os programas orientados pelo MRAM durante o governo Cardoso durou cinco anos e foi uma das mais abrangentes no plano internacional. Em termos

¹⁹ Pereira, J. M. M.; op. cit., p. 148.

²⁰ Sampaio, Plínio de Arruda *et al*; *Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária*, Brasília, outubro, 2003, mimeo, p. 28.

de famílias financiadas, perdeu apenas para a África do Sul, em igual período ²¹. Em contrapartida, em nenhum outro país se gastou tanto com o financiamento de compra de terras para trabalhadores rurais como no Brasil ²², assim como nenhum outro país contratou tal volume de empréstimos junto ao Banco Mundial. O *Cédula da Terra* foi encerrado em dezembro de 2002, tendo sido uma experiência iniciada e concluída inteiramente sob o governo Cardoso. Já o *Banco da Terra* persistiu até a gestão do presidente Lula que, redefinindo alguns de seus parâmetros, incorporou-o sistematicamente à sua política fundiária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para muitos autores, os programas de crédito fundiário que permitiam o acesso a terra através da compra e venda, segundo as diretrizes do Banco Mundial, não podem, com justiça, serem chamados de Reforma Agrária. Tais programas jamais promoveriam alterações na estrutura fundiária do país. Assim, a despeito do avanço do processo de assentamentos, estava claro que o governo não promoveria uma reforma abrangente capaz de transformar a estrutura fundiária no país, uma vez que o próprio conceito de reforma agrária adotado, claramente compensatório e de corte assistencialista, não tinha condições para alterar o padrão de concentração fundiária existente no meio rural.

Os formuladores do Modelo de Reforma Agrária de Mercado realizaram uma espécie de “deslizamento semântico”, pelo qual tentaram torná-lo sinônimo daquilo que, historicamente, denominou-se reforma agrária redistributiva. Entretanto tal equivalência carece de total fundamentação teórica e empírica, pois o MRAM tem como princípio a compra e venda voluntária de terra mediada pelo governo. Já a chamada reforma agrária redistributiva implica, de acordo com a Constituição brasileira, na desapropriação punitiva de terras privadas que não cumprem a sua função social e tem por objetivo democratizar a estrutura fundiária, o que pressupõe transformar as relações de poder econômico e político, responsáveis pela reprodução da concentração fundiária. Inexiste, pois, qualquer semelhança – conceitual ou prática – entre o MRAM e reformas agrárias redistributivas. Se o Modelo de

²¹ Segundo Pereira, J. M. M.; op. cit.: p. 198, o *Banco da Terra* beneficiou, em 2000, um total de 2.833 famílias, saltando este número para 13.683 no ano de 2002. A maioria das famílias beneficiadas se encontravam nos estados do Sul do país (48,2%), revelando um deslocamento do eixo geográfico em relação ao Programa precedente, o *Cédula da Terra*, basicamente voltado para estados da região Nordeste.

²² Idem, p. 209.

Mercado baseia-se na redução do poder desapropriatório do Estado, e é o Estado o único que permite a realização de processos de reforma agrária, a conclusão inescapável é a de que a Reforma Agrária de Mercado é a própria antirreforma agrária.²³

Por fim vale destacar que o MRAM baseia-se na redução do significado da terra a um mero fator de produção. E nessa lógica, a terra rural nada mais é do que uma *commodity* a ser negociada em mercado, difundindo-se uma visão estritamente monetarista da terra, que se alimenta do esvaziamento de qualquer nexos com as questões sociais. O Modelo de Reforma Agrária de Mercado pressupõe a aceitação do padrão de desigualdade vigente no campo, dificultando cada vez mais a legitimidade da luta social pelo fato de tratar-se de um constructo reativo²⁴, cuja razão de ser é negar uma caricatura: o “Modelo de Reforma Agrária Conduzido pelo Estado”.

²³ No Brasil, o número de famílias acampadas aumentou significativamente, chegando a 171.288 famílias em outubro de 2003 (Sampaio *et al.*, op. cit., p. 33). Por outro lado, somente a “reforma agrária pelos correios” do governo Cardoso cadastrou 839.715 solicitações em menos de dois anos (Idem: p. 28), o que é muito superior à meta de 250 mil famílias estipulada pelo Crédito Fundiário de Combate à Pobreza para o período de dez anos, na hipótese de cumprimento total do programa. Cf. Pereira, J. M. M; op. cit., p. 246.

²⁴ Sobre essa discussão ver Pereira, J. M. M, id., p. 239.